



Participação social e gestão transdisciplinar de diversidades

Roseane Palavizini¹

Vera Margarida Lessa Catalão²

Resumo: Este artigo apresenta a metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades, desenvolvida a partir da construção participativa dos Planos de Gestão das Águas e Propostas de Enquadramento dos Cursos D'água, realizados nas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas dos rios Verde e Jacaré; Paramirim e Santo Onofre; e Salitre, na região Semiárida do estado da Bahia, no nordeste brasileiro. A partir do olhar transdisciplinar são projetadas reflexões sobre as experiências de participação social na construção dos referidos Planos, observando as contribuições da transdisciplinaridade e da educação no desenvolvimento de metodologias promotoras do diálogo, mediadoras de conflitos e construtoras de processos participativos compartilhados. A Gestão Transdisciplinar de Diversidades ressalta a percepção complexa e dialógica das relações nos processos participativos, valorizando o reconhecimento das convergências e divergências em um determinado território. As convergências fortalecem o grupo, favorecem os pactos, a prevenção de conflitos potenciais e a mediação de conflitos.

Palavras-chave: Transdisciplinaridade. Governança do território. Gestão de Diversidades.

Participación social y gestión transdisciplinar de diversidades

Resumen: Este artículo presenta la metodología de la Gestión Transdisciplinaria de Diversidades, desarrollada a partir de la construcción participativa de los Planes de Gestión de las Aguas y Propuestas de Encuadramiento de los Cursos de agua, realizados en las Regiones de Planificación y Gestión de las Aguas de los ríos Verde y Jacaré; Paramirim y Santo Onofre; y Salitre, en la región semiárida del estado de Bahía, en el nordeste brasileño. A partir de la mirada transdisciplinaria se proyectan reflexiones sobre las experiencias de participación social en la construcción de dichos Planes, observando las contribuciones de la transdisciplinariedad y la educación en el desarrollo de metodologías promotoras del diálogo, mediadoras de conflictos y constructoras de procesos participativos compartidos. La Gestión Transdisciplinaria de Diversidades resalta la percepción

¹ Doutora em Engenharia Ambiental – UFSC-SC/Brasil; Mestre em Urbanismo – UFBA, Salvador -BA/Brasil; Arquiteta Urbanista; Especialista em: Planejamento e Gestão Ambiental – UCSal-BA/Brasil; Planejamento Regional, Municipal e Gestão Urbana – UFBA-BA/Brasil; e Terapia Junguiana – Universidade Hélio Rocha e Clínica Psiquê – BA/Brasil. E-mail: palavizini@gmail.com

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII; Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP; Professora e orientadora de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. E-mail: veramatalao@gmail.com

compleja y dialógica de las relaciones en los procesos participativos, valorizando el reconocimiento de las convergencias y divergencias en un determinado territorio. Las convergencias fortalecen el grupo, favorecen los pactos, la prevención de conflictos potenciales y la mediación de conflictos.

Palabras clave: Transdisciplinario. Gobernanza del territorio. Gestión de Diversidades.

Social participation and transdisciplinary management of diversities

Abstract: This article presents the methodology of Transdisciplinary Diversity Management, developed from the participative construction of the Water Management Plans and Water Frameworks, carried out in the Regions of Planning and Water Management of the Verde and Jacaré rivers; Paramirim and Santo Onofre; and Salitre, in the semi-arid region of the state of Bahia, in northeastern Brazil. From the transdisciplinary perspective, reflections on the experiences of social participation in the construction of these Plans are projected, observing the contributions of transdisciplinarity and education in the development of methodologies that promote dialogue, conflict mediators and constructors of shared participatory processes. Transdisciplinary Diversity Management highlights the complex and dialogic perception of relationships in participatory processes, valuing the recognition of convergences and divergences in a given territory. Convergences strengthen the group, favor pacts, prevent potential conflicts and mediate conflicts.

Keywords: Transdisciplinarity. Governance of the territory. Diversity Management.

Introdução

A participação social em políticas públicas no Brasil vem lançando importantes desafios à sociedade, em especial aos gestores públicos e técnicos executores dessas políticas. Como contribuir para a efetividade da participação da sociedade, conciliando o conhecimento técnico, com os saberes e experiências advindos dos cidadãos sobre o seu território? Como gerir essa diversidade e promover o espaço para a compreensão e pactuação?

A efetividade da participação social no planejamento e governança de bens comuns e do território vem se constituindo em um importante desafio na construção da sustentabilidade. Entre os meios definidos nas políticas públicas para a participação da sociedade estão: os colegiados (conselhos e comitês), as audiências e consultas públicas (presenciais e virtuais), e os sistemas de participação social que articulam esses diferentes recursos. Mas, a questão é como promover a efetiva participação através destes meios? Como incluir a participação dos diferentes grupos sociais, com suas visões de mundo, estilos de vida e modelos de desenvolvimento tão distintos? Como realizar a participação no planejamento e gestão das águas, das florestas e dos diferentes territórios? Como se qualificar para o planejamento e a gestão transfronteiriça de sistemas naturais, como florestas, aquíferos e rios? Como articular esses sistemas participativos para construir uma

efetiva governança do território nacional, de seus bens naturais e bens comuns, como a água?

Como ponto de partida este artigo apresenta a experiência do planejamento participativo dos Planos de Gestão das Águas, construídos em três Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA), localizadas no Semiárido do estado da Bahia - Brasil. O trabalho foi desenvolvido por meio do conjunto de metodologias que integram o Sistema *Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território* (PALAVIZINI, 20012), que possibilitou reflexões teóricas e metodológicas, resultando, assim, na sistematização da metodologia da **Gestão Transdisciplinar de Diversidades**, apresentada aqui neste artigo.

Participação Social nos Planos de Gestão das Águas no Semiárido Baiano.

A construção participativa dos três Planos de Gestão das Águas ocorreu nas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA dos rios Verde e Jacaré; RPGA dos rios Paramirim e Santo Onofre; e RPGA do rio Salitre, localizadas no Semiárido baiano. Os planos foram desenvolvidos no período entre 2015 a 2017, considerando um tempo de quatorze meses para a construção de cada plano, com cronogramas paralelos em alguns momentos. Além dos Planos de Gestão das Águas (PGA), de cada RPGA, também foram construídas, de maneira participativa, as propostas de Enquadramento dos Corpos D'água (PE). Ao final de cada processo, os referidos PGA foram submetidos à aprovação dos seus respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) e as Propostas de Enquadramento, após aprovação do CBH, foram levadas à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (CONERH-BA).

O Plano de Gestão das Águas trabalhou a água enquanto elemento natural, em seu ciclo hidrológico, superficial e subterrâneo, considerando suas diferentes funções: ecológica, social, cultural e econômica, envolvendo a gestão dos recursos hídricos e sua importância para o desenvolvimento sustentável da RPGA, incluindo a conservação da água e dos sistemas ecológicos fundamentais à sua produção e qualidade.

Considerando que os três planos foram construídos com as mesmas metodologias integrantes do Sistema Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território, os processos de participação social estão apresentados a seguir, de maneira integrada, destacando os aspectos singulares de cada RPGA, apresentadas no Quadro abaixo.

Mapa das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas do Estado da Bahia



Fonte: Adaptado do banco de dados Inema (2012).

A gestão das águas no Estado da Bahia é feita através de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA). Os 417 municípios baianos estão organizados em 25 RPGA, onde 14 RPGA constituem a Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste e 11 RPGA configuram a Região Hidrográfica Nacional do rio São Francisco.

O território das RPGA trabalhadas neste artigo envolve 65 municípios localizados na Região Hidrográfica Nacional do rio São Francisco: a RPGA XVII – rio Salitre, com nove municípios e uma área de 14.452 km²; a RPGA XVIII – rios Verde e Jacaré, com 29 municípios e área estimada em 29.500 km²; e a RPGA XX – rios Paramirim e Santo Onofre, com 27 municípios e área de 21.952 km².

Nestas RPGA, cujo Bioma predominante é a Caatinga, os conflitos de água e de terra são históricos. A escassez de água superficial e a qualidade salina das águas subterrâneas, em grande parte dos aquíferos, marcam as condições e o modo de vida das comunidades. Entre as comunidades presentes nas RPGA, existe grande número de comunidades tradicionais, a exemplo de Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. Entre os maiores desafios para garantir a participação dessas comunidades, estão: a baixa escolaridade e o analfabetismo funcional; as dificuldades de mobilidade em estradas precárias e sem transporte público; e o isolamento e a exclusão histórica dessas comunidades na participação política sobre o seu território.

Nessas regiões a existência de áreas com aptidão média à alta para a agricultura, a tradição na produção agrícola associada aos recursos hídricos e a existência de importantes reservatórios, não foram suficientes para livrar a região da pobreza e da escassez. Um período de seca importante nos últimos anos contribuiu para o agravamento do quadro econômico e social, visto que o longo período de estiagem intensificou conflitos e agravou a superexploração da água para irrigação, especialmente da água subterrânea. Em relação às comunidades rurais e tradicionais, a implantação de cisternas nas propriedades, por meio da política pública, com a finalidade de captação e uso da água de chuva, tanto para o abastecimento humano, como para as pequenas produções familiares, representou importante fator de melhoria na qualidade de vida dessas famílias. Esse aspecto foi intensamente ressaltado pelos representantes dessas comunidades, durante os processos participativos.

Metodologia da Participação Social na Construção dos PGA e PE

A situação crítica da disponibilidade hídrica e os crescentes conflitos entre os diferentes usuários da água colocaram em evidência a necessidade do planejamento integrado dos recursos hídricos destas RPGA e revelaram o especial desafio para a mediação de diversidades, em busca da construção de pactos possíveis. Desta forma, o sistema teórico e metodológico utilizado foi fundamental para a construção dos Planos de Gestão das Águas e das respectivas Propostas de Enquadramento. Na Tabela 1 estão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na construção participativa do PGA e PE nas RPGA.

Procedimentos Metodológicos	
Passos	Descrição
1	Mapeamento das Unidades Interativas para formação da Rede de Governança das Águas da BH;
2	Conhecimento Preliminar da Bacia Hidrográfica e entrevistas estratégicas com Comitês, Instituições e Pessoas de Referência (poder público, sociedade civil organizada e usuários da água);
3	Produção do material de Comunicação Social com as imagens locais (projeto gráfico do Plano, <i>folder</i> , convite, cartaz de divulgação do processo de construção do Plano, <i>banners</i> , faixas e spot para rádio) e, Cartilha de divulgação do Plano (ao final do processo);
4	Seleção de Mobilizadores Locais, capacitação e planejamento contínuo da mobilização em campo;
5	Planejamento do processo de mobilização, a partir do mapeamento, com definição da região de abrangência para cada mobilizador e as estratégias de mobilidade e de comunicação com cada grupo mobilizado;
6	Gestão da mobilização, com monitoramento diário e controle de evidências da mobilização das instituições e pessoas definidas no mapeamento (Complementação contínua do mapeamento);
7	Realização de Oficinas de Planejamento Complexo Interativo;
8	Realização de Consultas Públicas Interativas;
9	Reflexão crítica, avaliação e aprimoramento contínuo de todo o processo;
10	Produção de Relatórios Técnicos.

Tabela 1: Procedimentos Metodológicos da Participação Social – RPGA VJ, PASO e Salitre.

a) Mapeamento.

O mapeamento das unidades interativas foi iniciado com o levantamento de informações secundárias, complementadas e atualizadas em campo, durante todo o desenvolvimento do trabalho. A atualização e complementação desse mapeamento envolveram entrevistas semiestruturadas, iniciando os diálogos com as pessoas e organizações estratégicas, a partir de três perguntas: Como você vê a gestão das águas em sua região? Que problemas você identifica? Como você considera que deve ser feita a mobilização para encantar as pessoas e conquistar seu interesse em participar? Com essas perguntas chave, aliadas ao conhecimento preliminar da RPGA, emergiu a compreensão da

lógica de cada instituição, comunidade e pessoas de referência, orientando assim as abordagens adequadas para a mobilização dos segmentos.

b) Materiais de Comunicação Social.

A partir do reconhecimento de campo, com as imagens coletadas e a percepção da diversidade da realidade local, foram construídos os materiais de comunicação social para apoiar o trabalho da mobilização. O projeto gráfico buscou contemplar os símbolos de maior pertinência na RPGA, que agregasse o afeto da população local, de maneira a identificar o padrão de ligação – o elemento sagrado, na relação das pessoas com o tema gestão das águas. Foram elaborados: *folder*, cartaz, convites e *spots* de rádio. A comunicação foi realizada de maneira articulada com a mobilização, conforme apresentado na Figura 1.



Figura 1: Materiais de comunicação para apoiar as ações de mobilização social (*Folder*) e Mobilizadores em atuação no campo.

c) Mobilização Social.

A Mobilização teve início com a seleção dos mobilizadores locais e sua capacitação em conteúdos e conceitos fundamentais do PGA e PE, incluindo a compreensão da dinâmica hídrica da RPGA, seus principais desafios e conflitos, e técnicas pedagógicas de escuta sensível, diálogo, respeito a diversidades, comunicação pacífica, preenchimento de formulários e elaboração de registros e relatórios, conforme apresentado na Figura 2.



Figura 2: Capacitação dos Mobilizadores e ação de mobilização em campo.

Cada RPGA foi organizada em três regiões de mobilização, obedecendo critérios de identidade local e mobilidade. Para cada RPGA foram selecionados seis mobilizadores, sendo uma dupla para cada região. A dupla de mobilizadores atuou definindo grupos de mobilização adequados ao melhor perfil do mobilizador. A Figura 3 apresenta as regiões de mobilização.

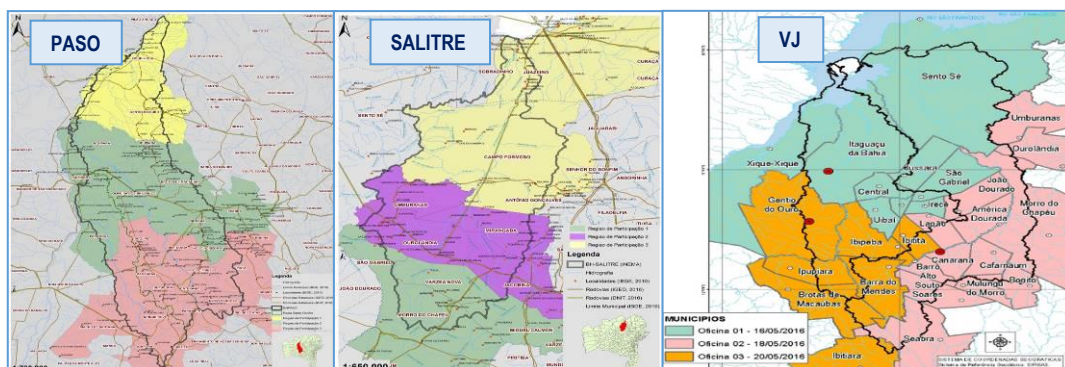


Figura 3: Mapas das Regiões de Mobilização das RPGA.

Os mobilizadores construíram com a coordenação um plano semanal de mobilização, acompanhado e ajustado diariamente. Para as situações conflituosas, a coordenação atuou diretamente na mobilização. A atuação da mobilização envolveu reuniões com associações comunitárias, em Câmaras de Vereadores e Prefeituras, com sindicatos, entidades ambientalistas, universidades, associações de usuários, entre outras. Durante a mobilização foram destacados alguns desafios: escassez de água em quantidade e qualidade; distribuição insuficiente e desigual; abandono das regiões sem acesso às políticas públicas, em especial saneamento, saúde e educação; isolamento das comunidades; mobilidade deficiente no território; baixo nível de escolaridade; baixo poder econômico; exclusão social nos processos de decisão; deficiência dos instrumentos de gestão das águas – em especial da fiscalização e outorga; e uso insustentável das águas superficiais e subterrâneas, comprometendo o balanço hídrico de forma acelerada.

d) Oficinas de Planejamento Complexo Interativo.

Esses desafios inspiraram as questões para o processo de participação social. Como promover um processo que incluísse essas comunidades, com suas características singulares? Como alcançar sua compreensão e sensibilização com vistas ao seu envolvimento no processo? Como transcender as limitações cognitivas e possibilitar a efetiva participação no planejamento hídrico de sua região? Como fortalecer as pessoas, comunidades e instituições, com suas especificidades, de forma que todos pudessem ouvir

e serem ouvidos, refletir coletivamente e decidir de maneira consciente e conseqüente os caminhos para a conservação e uso sustentável das águas em sua região?

As oficinas de Planejamento Complexo Interativo, realizadas três em cada RPGA, uma em cada Região de Mobilização, contaram com seis horas de trabalho cada, organizadas da seguinte forma: recepção; apresentação ilustrada e interativa do tema; sensibilização; lanche; trabalhos em grupos temáticos; apresentação dos grupos em plenária; encerramento; almoço. Os grupos foram organizados em quatro temas: conservação das águas; gestão das águas (instrumentos de gestão); comunidades tradicionais – modos de vida e relação com as águas; desenvolvimento econômico e uso sustentável das águas (usuários). A qualidade das águas e o enquadramento foram abordados nos quatro grupos. Entre os principais resultados, destacam-se informações territorializadas em mapa, contribuições ao diagnóstico integrado e ao prognóstico, e proposições ao PGA e PE. A Figura 4 apresenta as atividades nas Oficinas.



Figura 4: Grupos de trabalho nas Oficinas e espacialização de informações em mapas.

Entre os pontos de maior relevância para o alcance de bons resultados nas oficinas estão as metodologias utilizadas e a presença de especialistas temáticos nos grupos. Cada grupo contou com um mediador metodológico e com especialistas temáticos, que fizeram perguntas motivadoras, responderam questões e ampliaram seus conhecimentos e dos participantes.

Durante a construção do plano, foram realizadas três Consultas Públicas Interativas em cada RPGA, sendo a primeira de diagnóstico integrado; a segunda de prognóstico; e a terceira de apresentação do PGA e PE. Cada Consulta Pública contou com seis horas de duração, nas quais foram apresentados os conteúdos de maneira ilustrada, possibilitando aos participantes o registro de questões e contribuições orais e em formulário, conforme ilustrado na Figura 5.



Figura 5: Consulta pública da RPGA do rio Salitre.

Os resultados das oficinas e consultas públicas foram rigorosamente sistematizados, em relatório específico e as contribuições advindas dos processos sociais foram evidenciadas nos relatórios e nos produtos do PGA e PE, fortalecendo a legitimidade dos documentos.

Ao final da construção dos PGA e das PE, a avaliação de desempenho do trabalho realizado possibilitou a aferição dos resultados quantitativos e qualitativos do processo – por meio do alcance dos indicadores das atividades realizadas, assim como dos resultados do trabalho – por meio do alcance dos objetivos planejados. Ressaltam-se três resultados do trabalho: a formação da Rede de Governança das Águas da RPGA; a mobilização do território da RPGA para o tema da gestão das águas; a ampla participação aferida nos indicadores de representatividade por segmento e por território; e os PGA e as PE construídas de maneira participativa e aprovados nos respectivos CBH e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia. A Tabela 2 apresenta os resultados quantitativos e qualitativos da participação social. Os resultados qualitativos foram aferidos a partir dos indicadores de Representatividade Territorial (com representantes de todos os municípios integrantes da RPGA) e Representatividade por Segmento (com representantes do poder público, da sociedade civil e comunidades, e dos usuários da água).

RPGA	Eventos Participativos			
	03 Oficinas Temáticas		03 Consultas Públicas	
	Esperado	Participantes	Esperado	Participante
Rio Salitre	300	473	300	471
Rios Paramirim e Santo Onofre	300	512	450	708
Rios Verde e Jacaré	300	514	450	681

Tabela 2: Resultados quantitativos e qualitativos da participação Social na construção dos PGA e das PE.

O conjunto dessas reflexões, aliado às experiências anteriores na construção participativa de planos territoriais e ambientais, possibilitaram o desenvolvimento da Metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades, apresentada a seguir.

Metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades

a) Fundamentos teóricos e metodológicos

“A transdisciplinaridade é a transgressão da dualidade que opõe os pares binários: sujeito - objeto, subjetividade - objetividade, matéria - consciência, natureza - divino, simplicidade - complexidade, reducionismo - holismo, diversidade – unidade”. (NICOLESCU, 1999, p.57)

A Metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades emergiu da aplicação de um conjunto de metodologias integrantes do Sistema *Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território - PGTAT* (PALAVIZINI, 2012). Este Sistema contempla as metodologias de: *Percepção Complexa do Território, Planejamento Complexo Interativo, Educação para a Sustentabilidade, Interação e Comunicação Social e Governança do Território e de Bens Comuns*, onde são desenvolvidos métodos de participação da sociedade nos processos de planejamento e gestão do ambiente e do território, com a finalidade da construção da governança local. As metodologias integram uma abordagem pedagógica e educativa aos processos sociais, buscando agregar uma dimensão qualitativa na construção coletiva de conhecimentos e planejamentos, com vistas ao empoderamento das pessoas nesses processos, em especial, as comunidades urbanas, rurais e tradicionais.

A *Percepção Complexa do Território* auxiliou na concepção do mapeamento, nas entrevistas e no reconhecimento de campo, orientando a forma de pensar, perceber e conceber o território da RPGA. O *Planejamento Complexo Interativo*, aplicado nas oficinas e consultas públicas, contribuiu para a ampliação do conhecimento dos participantes sobre as dimensões de complexidade (MORIN, 1988) que conformam a RPGA e suas relações com a água.

A *Educação para a Sustentabilidade*, proposta pela ONU, em 2003, na Declaração sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), foi trabalhada no PGTAT a partir dos três pilares: *Educação para Gestão, Educação Tecnológica e Educação Comunicativa*, tendo a *Educação Ambiental* como eixo transversal. A Educação para a Gestão orientou a capacitação dos mobilizadores e dos participantes, durante os trabalhos nas oficinas e consultas públicas. A Educação Tecnológica possibilitou a reflexão dos participantes sobre a sustentabilidade ou insustentabilidade de práticas e tecnologias utilizadas no seu modo de vida e produção, ressaltando a importância do uso de tecnologias sustentáveis para a conservação das águas, em qualidade e quantidade. A Educação Comunicativa ressaltou a função educativa da comunicação, com ênfase na

Educação Ambiental. A Comunicação Social foi trabalhada como uma comunicação educativa, transparente, compreensível, respeitosa da diversidade cultural, pacífica, ética e promotora do empoderamento dos cidadãos e cidadãs.

b) A Gestão Transdisciplinar de Diversidades.

A Gestão Transdisciplinar de Diversidades emergiu da necessidade de desenvolver um processo de planejamento participativo, capaz de valorizar a diversidade de culturas, modos de vida e estilos de desenvolvimento, ampliando o olhar complexo para além dos conflitos originários das divergências observadas no território. A elaboração dos PGA e PE das RPGA lançou o desafio de construir um planejamento em um território com grande diversidade de culturas e relações com a natureza e a água, desenhando diferentes dinâmicas.

Os diálogos com as comunidades tradicionais, rurais, pequenos produtores e associações de irrigantes, empresas mineradoras e geradoras de energia eólica, gestores públicos e outros agentes locais possibilitaram a compreensão das diferentes atuações no território. Esse mosaico de formas de compreender e usar a água orientou as metodologias utilizadas nas oficinas. As técnicas possibilitaram o encontro entre os segmentos, oportunizou a escuta recíproca e o conhecimento das realidades vividas pelos diferentes. Os diálogos demonstraram curiosidades mútuas, revelaram divergências – que nem sempre representavam conflitos, revelando ainda convergências entre semelhantes e diferentes.

“O rio era a nossa vida! Antes da Barragem de Mirorós, o rio Verde banhava nossa comunidade e nós tomávamos banho, pescávamos, usávamos a água para nossa família, para os animais e para plantar nossa hortinha. Sem o rio nossa vida acabou. Não temos mais como criar animais, plantar e até para lavar roupa fica difícil.”
30.03.2016 – Dona Jandira (ribeirinha, sua casa serve de pousada no Povoado de Mirorós).



Quadro 1 – Diálogos com a comunidade ribeirinha de Mirorós – Ibipeba - BA.

A Metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades pretende ressaltar que os conflitos são legítimos e compõem a dinâmica de qualquer território. Mas eles não são os únicos elementos dessa dinâmica e nem os principais. O raciocínio estratégico e o raciocínio complexo auxiliam a compreensão de que, os conflitos são a ponta de um *iceberg*. Abaixo deles estão todas as relações que o conformam. Entre elas, as Divergências e as Convergências que tecem a teia das interações e que possibilitam ou não os acordos e pactos coletivos, fundamentais ao planejamento e à governança do território e de bens comuns, como a água. Assim, quando se toca um conflito no início de um processo, é natural que as polaridades se entrincheirem em busca de defesa e veja a

“negociação” como uma guerra, de onde sairão ganhadores e perdedores. Ao ampliar o conhecimento entre as polaridades, abre-se a possibilidade de construção de alternativas possíveis, que fortaleçam convergências, reconheçam divergências e contextualize os conflitos na perspectiva de acordos possíveis.

O exercício dessa dinâmica pedagógica requer uma habilidade a ser desenvolvida em processos formativos, com vistas a uma atuação técnica e educativa, em que o caráter ético dos conceitos e das metodologias é fundamental. As metodologias utilizadas nas diversas atividades precisam explicitar seu compromisso com o respeito à diversidade cultural, de percepções e visões de mundo, assim como o cuidado com a vida, em todas as suas formas e expressões. As relações de confiança entre os técnicos mediadores e os participantes, vão se construindo durante a dinâmica, nas oportunidades de ouvir e ser ouvido, de ser respeitado em suas singularidades, de não julgar e nem ser julgado, de se expressar com respeito e ser respeitado pelo grupo, de alcançar metas pessoais e acordar metas coletivas, e experimentar atuar de forma pacífica e ativa nas decisões sobre o seu território e suas águas.

A Gestão Transdisciplinar de Diversidades tem também como propósito contribuir para a formação do grupo, ampliando o conhecimento dos participantes e dos técnicos envolvidos, na perspectiva de melhorar as condições de vida e de produção no território, agregando a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Para tanto, é fundamental desenvolver com as pessoas um processo participativo, a partir da valorização dos diversos saberes, promovendo a interação e o aprendizado mútuo, oportunizando a ampliação do conhecimento ambiental, de políticas públicas e o aprofundamento da reflexão ética de valores e atitudes. Essa convivência pedagógica visa o empoderamento das pessoas, com suas diversidades, fortalecendo sua autonomia e a construção de relações mais cooperativas.

A Gestão Transdisciplinar de Diversidades parte do reconhecimento da complexidade do território, a partir da identificação da sua dinâmica ecológica/ambiental, social/cultural, econômica/tecnológica, política/jurídica e espacial/territorial, percebendo as forças que nele atuam. Essa identificação tem como finalidade maior construir condições favoráveis à efetiva participação da sociedade em processos de planejamento e gestão de bens comuns e do território, facilitando o diálogo entre as diferentes forças que integram o território, agregando valores, conhecimentos e critérios que contribuam com a construção de pactos sociais, com vistas a um desenvolvimento com maior equidade social e um viver mais sustentável.

O reconhecimento da diversidade e complexidade do território visa, especialmente, a inclusão socioambiental, sociocultural e socioeconômica. Entende-se que as decisões sobre o desenvolvimento do território contemplam a construção de pactos sociais que valorizem a diversidade de visões de mundo, modos de vida e estilos de desenvolvimento dos grupos sociais que habitam este território. Portanto, além de identificar as forças que atuam na região, é importante reconhecer suas diferentes formas de relação com o ambiente, suas visões de mundo e estilos de desenvolvimento.

b.1 - Mapeamento de Unidades Interativas.

Aqui são chamadas de Unidades Interativas as forças da sociedade que integram a dinâmica social e institucional do território. As unidades interativas (Figura 7) são organizadas em quatro grupos: 1) Público (municipal, estadual e federal); 2) Econômico (setores primário, secundário e terciário); 3) Social Local (entidades e pessoas de referência que representam as forças sociais locais, com abrangência local); e 4) Social Trans Local (entidades e pessoas de referência que representam as forças sociais com atuação local e abrangência além do local).

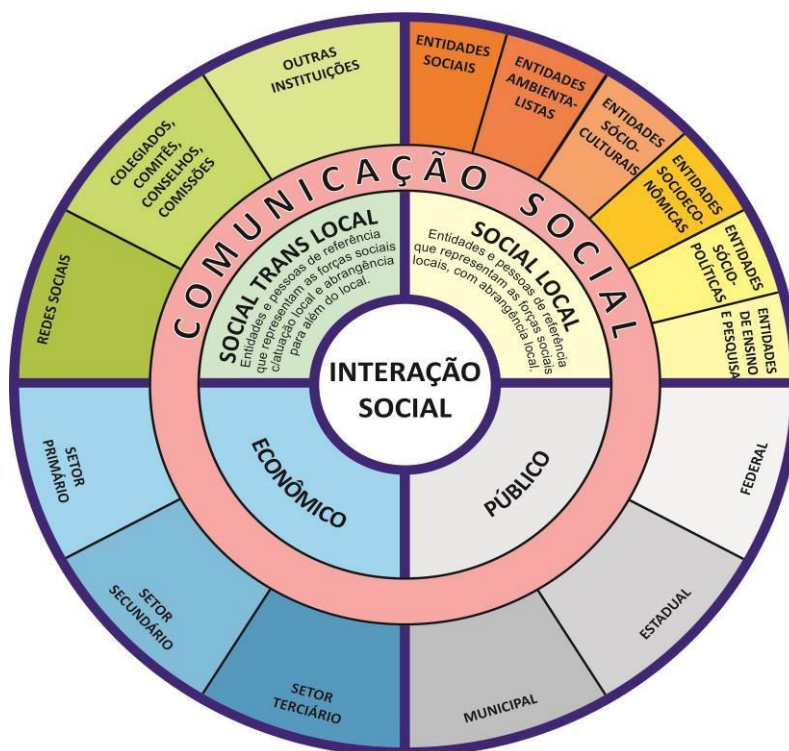


Figura 7: Mapeamento das Unidades Interativas (PALAVIZINI, 2011, pg. 118) – Atualizado pela Autora.

O mapeamento é realizado a partir de um levantamento de informações secundárias, obtidas em bancos de dados e referências bibliográficas, seguido de contato direto com as prefeituras e instituições estaduais e federais que atuam na região, para complementação e

atualização das informações. O processo de diálogo com os representantes institucionais ou com informantes de referência na região é realizado como um primeiro encontro institucional com essas organizações para explanação dos objetivos da ação, visando construir os primeiros canais de relacionamento com os interlocutores do território. Esse é o princípio da construção de uma rede que deve ser mantida em permanente atualização, salvaguardando a comunicação e a interação, zelando por um diálogo transparente e ético por parte dos participantes do processo de gestão – a Rede de Governança das Águas ou do Território.

A importância do mapeamento das diferentes organizações da sociedade, considerando os diferentes segmentos, implica em compreender a lógica de pensamento, relações e interações que cada uma dessas organizações traz, por meio dos seus representantes. Outra finalidade é ampliar a visão pessoal, para uma visão contextualizada nos valores, na história e nas experiências que formam a identidade de cada grupo. Conhecer desde onde cada grupo fala, é o ponto de partida para exercitar o respeito à diferença, abrindo a possibilidade para o diálogo, a compreensão e a pactuação.

b.2 - Mediação Transdisciplinar – Reconhecimento da legitimidade das diversidades.

A diversidade é compreendida como uma emergência das múltiplas interações de singularidades. Dela emerge a cultura, assim como valores, a exemplo da sustentabilidade. A sustentabilidade não está impressa nem nas partículas elementares, nem na genética dos seres vivos (SILVA, 2005). Ela é uma emergência das interações das diversidades, no exercício do conviver. Pode-se observar que, quanto maior a diversidade em um sistema vivo, maior a sua permanência saudável no ambiente. Esse é o aprendizado dos ecossistemas. Sua saúde e sustentabilidade dependem da biodiversidade.

A diversidade pode ser percebida a partir da dinâmica entre sistemas convergentes e divergentes. Atuar com diversidades de culturas, percepções, modos de vida, visões de mundo e estilos de desenvolvimento exige o conhecimento dessa diversidade, antecipando convergências – na forma de afinidades, e divergências – na forma das diferenças que, em alguns casos, podem emergir sob a forma de conflitos existentes ou potenciais. É importante compreender que as divergências nem sempre resultam em conflito. O conflito só surge quando essas divergências se confrontam em uma situação específica, na qual a ausência de diálogo e compreensão, dá lugar à negação do outro, como defesa em uma dinâmica de competição. O objetivo então é reconhecer os conflitos como legítimos,

quando possível, antecipa-los e evita-los, e quando necessário media-los, agregando diálogo e compreensão.

Os conflitos são a ponta de um *iceberg* e se originam da tensão gerada em processos complexos, onde há interação de diversidades. O conflito não é um problema. Ele é uma emergência das interações. O desafio é não fixar os conflitos como único caminho de diálogo. Onde há conflito, há divergências e, onde há divergências, há convergências e afinidades. Para isso é fundamental trabalhar no corpo submerso do *iceberg*. Esse trabalho é desenvolvido com estratégias e ações que constroem condições favoráveis à mediação de processos participativos, conforme apresentado a seguir.

b.3 – Procedimentos da Mediação Transdisciplinar em Grupos e Colegiados.

Passos	Descrição
1	Realização do mapeamento das unidades interativas, conforme apresentado no diagrama da interação social;
2	Identificação das lógicas de atuação das diferentes dimensões de realidade de cada unidade e suas respectivas missões. (Ex.: Conservar o ambiente, proteger a cultura, defender comunidades tradicionais e povos indígenas, minerar, industrializar, produzir alimentos, proteger o patrimônio cultural, gerir o uso e a ocupação território, gerir a água, etc.);
3	Apresentação de cada participante do grupo – história de vida e da instituição, facilitando para que todos possam conhecer o contexto da organização, seus objetivos, missão, pontos de vista e sua relação com a água, o território e sua gestão;
4	Reconhecimento das convergências (afinidades) e divergências (diferenças), identificando conflitos potenciais ou existentes;
5	Construção da Missão do Grupo (missão compartilhada): identificação e descrição do Grupo, apresentação e priorização dos valores pessoais e civilizatórios e construção do propósito maior do grupo – a Missão;
6	Construção do Pacto do Grupo: consolidação os princípios pactuados para sua atuação, no qual os valores e a missão devem ser valorizados;
7	Construção do Mapa de Convergências e Divergências do território, a partir da percepção de cada integrante;
8	Para inclusão de novos participantes, garantir a apresentação da pessoa/organização que fala, acolhendo novas contribuições e atualizando os pactos firmados;
9	Construção participativa de conceitos coletivos e técnicas de trabalho em grupo, fundamentais ao desenvolvimento dos trabalhos;
10	Construir o Plano Estratégico do Grupo, definido estratégias e ações prioritárias.

Quadro 2: Procedimentos para a Mediação Transdisciplinar em Grupos e Colegiados.

A Mediação Transdisciplinar é realizada a partir da Lógica Ternária, apresentada por *Barab Nicolescu* ((NICOLESCU, 1999) e *Stéfane Lupasco* (LUPASCO, 1996), na qual se busca encontrar um elemento T – um *terceiro incluído*, que emerge da relação entre duas ou mais unidades, diferentes entre si. Distinta da Lógica Binária, que é definida entre “0” ou “1”, a Lógica Ternária parte da compreensão que, entre “0” e “1” existe um infinito de possibilidades para serem acessadas, que podem emergir da relação entre “0” e “1” e serem incluídas ao processo – o *Terceiro Incluído*. Esse Terceiro não é “0” nem “1”, mas emerge

destes, como um elemento novo que contempla as polaridades. Um exemplo para melhor compreensão são as moléculas de Hidrogênio e de Oxigênio, diferentes entre si, que se agregam e fazem emergir a Água (H₂O). A Água só é possível com o “H” e o “O”, no entanto ela é um elemento novo.

Nos processos sociais essa emergência é favorecida com o diálogo entre aqueles que interagem. O elemento T resulta da construção de um espaço de convivência, escuta e diálogo, onde os participantes possam transitar, a partir de suas próprias referências, abertos a interagir com as referências dos demais, sem resistência cognitiva ou epistêmica. O elemento T se constitui assim, no espaço sagrado da compreensão e da interação. Esse espaço é construído no processo de convivência, diálogo, aprendizado e abertura para a transformação.

“A unidade aberta entre o Objeto transdisciplinar e o Sujeito transdisciplinar se traduz pela orientação coerente do fluxo de informação que atravessa os níveis de Realidade e pelo fluxo de consciência que atravessa os níveis de percepção. Esta orientação coerente dá um novo sentido à verticalidade do ser humano no mundo.”
(NICOLESCU, 1999, p.58)

Na Mediação Transdisciplinar, toda e qualquer expressão oral ou física de negação do outro, de desrespeito ao outro ou qualquer tipo de agressão, deve ser objeto de interrupção do diálogo para sensibilização e reorganização de uma nova forma de conduta. O grupo deve apoiar o mediador e garantir o cumprimento do pacto construído. Qualquer conflito entre pessoas ou grupos deve ser trabalhado pelo mediador, amplificando a questão para além das unidades em conflito, dando movimento e dinâmica à discussão, escoando emoções e agregando sentido e significado à vivência. Quando o desentendimento envolver o mediador, qualquer participante pode atuar na mediação. Na mediação transdisciplinar é importante manter a abertura ao diálogo, a postura transversal às questões apresentadas, transitando entre as polaridades – sem se posicionar em nenhuma delas, buscando manter a integridade da mediação e do mediador, para promover a escuta, o diálogo e a compreensão.

b.4 - Compreensão e convivência entre diversidades nos processos participativos.

- Visões de mundo, modos de vida e estilos de desenvolvimento.

Cada pessoa vê o mundo com o conhecimento que tem. Percebemos o que conhecemos. Somos o produto da nossa história. Quem fala se expressa com a força da sua experiência. Portanto, todos são legítimos para ser e exercer suas crenças, pensamentos,

sentimentos e projetos de vida. Por maior que seja a diferença, a pessoa que fala é legítima para se expressar e ter seus pontos de vista respeitados, ainda que não seja harmonioso com a visão do grupo. Respeitar não é aceitar para si. Respeitar é reconhecer que quem fala é uma pessoa que tem uma história e uma visão particular, resultado da soma da sua experiência e cultura. Negar sua expressão é negar a sua história, é negar a pessoa que ela é. A construção coletiva exige a inclusão de todos, oportunizando que cada um agregue novas experiências e possa realizar as suas próprias transformações.

Habermas, em sua Teoria da Ação Comunicativa, definiu a verdade propositiva como aquela construída coletivamente, como um acordo definido por um grupo e válido para este grupo (HABERMAS, 1987, p.104). Assim também, Humberto Maturana (MATURANA, 1997) definiu a verdade entre parêntese, das verdades sem parêntese. A (verdade) é considerada a verdade de cada um, a partir do seu conhecimento, da sua história e de suas experiências. A verdade sem parênteses é aquela pactuada entre um grupo, que ao reconhecer essa verdade, decide retirar o parêntese e validá-la como a verdade do grupo. Quando há uma comprovação científica, aquela verdade fica sem parêntese para a sociedade. Para cada religião existem verdades que estão entre parêntese em relação à sociedade como um todo, mas que é uma verdade sem parêntese entre seus pares. Portanto, é fundamental que o grupo reconheça a (verdade) de cada pessoa que fala. Mas também é importante que o grupo defina algumas verdades sem parêntese, que possam ser validadas por todo o grupo, como um acordo linguístico conceitual, facilitando a comunicação, compreensão, interação e pactuação.

“El consenso normativo que se interpreta a si mismo en la semántica de lo sacro está presente a los miembros del grupo en forma de un acuerdo idealizado, de un acuerdo que trasciende los cambios espacio-temporales. Este acuerdo constituye el modelo de todos los conceptos de validez, y sobre todo de la idea de verdad: Pensar lógicamente es siempre pensar sub specie aeternitatis.” (HABERMAS, 1987, p.104)

Cada Unidade Interativa - pessoa, grupo ou organização, deve ser reconhecida em sua singularidade de percepção, visão de mundo e desenvolvimento. O grupo não deve considerar avaliar e validar uma (verdade) em detrimento de outra (verdade). O objetivo é construir um espaço de acordo possível, para um modelo de desenvolvimento que promova a convivência entre os diferentes, valorizando o direito à vida, à saúde, à conservação dos bens comuns e o direito aos modos de viver, conviver e sobreviver de cada cultura. Construir um espaço de acordo possível para o exercício da escuta, do aprendizado mútuo e da convivência respeitosa, tem a finalidade de promover o lugar da mediação para a

construção de pactos comuns. Assim como, as divergências e conflitos são reconhecidos como legítimos e integram a convivência, as convergências e afinidades facilitam a convivência, com o propósito da cooperação.

➤ Mapa de percepção de convergências e divergências.

A construção do Mapa de Convergências e Divergências auxilia na identificação das afinidades, diferenças e conflitos reconhecidos pelas diferentes formas de percepção dos participantes. A partir da visão pessoal e de cada coletivo ou segmento, torna-se possível destacar as afinidades e diferenças potenciais ou reconhecidas pelos participantes, observando ainda quais delas são vistas de maneira semelhante pelo grupo. A partir da identificação das convergências e divergências, é possível promover uma reflexão com o grupo sobre as afinidades e diferenças, buscando compreender os conflitos de maneira contextualizada. Cada pessoa deve sentir-se à vontade para apresentar sua visão sobre os conflitos e sugerir caminhos para solucioná-los. O Mapa de Convergências e Divergências deve contemplar as diferentes visões sobre de cada situação destacada, assim como deve contemplar proposições de soluções. Ao final, é importante identificar no mapa, com os participantes, as proposições acordadas pelo grupo. A principal finalidade dessa dinâmica é promover o reconhecimento do grupo de que, além dos conflitos, existem diferenças positivas, assim como afinidades, localizando essas convergências e divergências no território. Os caminhos devem ser construídos valorizando as afinidades e diferenças positivas, de forma a mediar os conflitos a partir destas, oportunizando que todos se sintam incluídos e responsáveis pelas decisões.

➤ Valorização das diversidades na construção de objetividades.

Compreender que a diversidade representa riqueza e não ameaça, é o grande desafio na convivência entre diferentes. Trabalhar com o grupo a diferença entre recursos finitos e recursos infinitos, pode ser um bom caminho. A água é um recurso finito – quando só existe um copo, o mesmo precisa ser dividido com todos. Mas as ideias são recursos infinitos. Quando temos uma ideia e passamos a conhecer mais ideias, passamos a ter infinitas possibilidades de ideias. Ou seja, não precisamos brigar por ideias. As pessoas são mais importantes que as ideias. Quando um grupo briga para superar e negar ideias, ele exclui ideias e pessoas, perdendo a oportunidade da criação de novas possibilidades de ideias e da inclusão da riqueza da diversidade trazida pelos diferentes participantes.

Os ecossistemas ensinam que quanto maior a diversidade, maior a sustentabilidade da vida. A homogeneidade é indicadora de morte. Essa compreensão pode ser absorvida no contexto sociocultural. Quanto mais diferentes somos, melhor pensamos, compreendemos e atuamos na vida. Podemos pensar então que a construção da sustentabilidade está diretamente relacionada com a diversidade ecológica e cultural. Portanto, a escuta, o diálogo e a compreensão são fundamentais para o exercício da convivência pacífica, respeitosa e construtora de uma sociedade mais sustentável.

- O conhecimento como caminho para o afeto, o respeito e a inclusão de diversidades.

Para respeitar e valorizar é necessário conhecer. O preconceito e a rejeição podem estar relacionados ao desconhecimento, à insegurança e ao medo do desconhecido ou diferente. Portanto, é fundamental promover o conhecimento essencial das diversidades de todo o grupo. Durante a apresentação de cada coletivo ou segmento, é importante destacar o contexto histórico da cultura e sua forma de perceber e viver no mundo. Quando cada pessoa ou coletivo, apresenta sua verdade entre parênteses, a escuta deve ser sensível, aberta e respeitosa, sem julgamentos ou interrupções. Ao final de cada apresentação, o grupo pode fazer suas perguntas, no sentido de melhor compreender a realidade que está sendo apresentada, sem julgar ou negar.

O conhecimento da lógica de cada diversidade enriquece todo o grupo, que passa a ampliar seu conhecimento e percepção sobre a complexidade do território, abrindo a possibilidade para o diálogo, o reconhecimento das convergências e divergências e para a construção coletiva e cooperativa.

b.5 - Identificação de convergências e divergências.

- Revelando convergências.

Um caminho possível é convidar as pessoas a dizerem o que mais gostam no território, no aspecto ambiental, cultural, social, econômico e político, ressaltando seus principais valores. Durante as exposições pode-se fazer um quadro síntese com tudo que foi relatado pelos participantes, localizando, quando possível, as informações em mapa. Em seguida pode-se grifar os aspectos e valores comuns, destacando aqueles que são comuns a todo o grupo. Entre os aspectos e valores, estão as afinidades que fortalecem o grupo.

➤ Identificando divergências.

Pode-se convidar as pessoas a dizerem o que não gostam no território, no aspecto ambiental, cultural, social, econômico e político, ressaltando os principais valores que reprovam. Em seguida pode-se fazer um quadro síntese com tudo que foi relatado pelos participantes, localizando, quando possível, as informações em mapa. Ao final pode-se grifar os aspectos e valores divergentes, identificando sua expressão no território, destacando as divergências e conflitos que aparecem como potenciais ou existentes.

➤ Convergências e divergências como oportunidades à sustentabilidade.

Com o quadro de convergências/afinidades o grupo pode afirmar sua ética, sua força e empoderamento. Com o quadro das divergências/diferenças existentes, o grupo pode identificar as possíveis complementaridades e oportunidades de cooperação. Com a identificação dos conflitos potenciais ou existentes, são identificados os desafios, oportunizando a sugestão de possíveis caminhos para a prevenção, mediação ou resolução destes. Ao final do reconhecimento das divergências e convergências, o que se pretende é que o grupo compreenda que nem tudo é conflito. Existem também aspectos favoráveis ao grupo, capazes de fortalecer sua interação e encaminhar os conflitos para um acordo possível. Esse marco ético do grupo, com suas afinidades e valores, orientará a mediação dos conflitos, definindo os princípios éticos do grupo, como fortalecimento da sua identidade coletiva.

b.6 - Atuação e perfil do Mediador Transdisciplinar.

O *mediador transdisciplinar* parte da proposta de Basarab Nicolescu, na qual são definidas três posturas fundamentais: i) a *abertura* para a escuta sensível e profunda da diversidade; ii) a *tolerância*, que aqui é entendida como acolhimento e compreensão empática para ver o outro, como legítimo com sua história, cultura e diversidades; e iii) o *rigor* ético, linguístico e científico, com vistas a construir um domínio linguístico a partir das diversidades. Nessa perspectiva, propõe-se a mediação transdisciplinar pautada no referencial ético, para a articulação entre conhecimentos e saberes, ressaltando quatro posturas metodológicas: o desenvolvimento da *autopercepção e autoconsciência* com vistas a ampliar o conhecimento sobre si mesmo, a ética pessoal e as referências culturais; a *valorização das diversidades*, por meio da escuta presente e profunda, capaz de organizar e articular os discursos e da garantir de que todos se ouçam, reflitam e conheçam como o outro percebe, sente e compreende, reconhecendo a importância do silêncio, da escuta e da

fala essencial; a *comunicação pacífica*, fundamentada no desarmamento dos espíritos (WEIL, 1990), na qual os conflitos são reconhecidos como legítimos, ao tempo em que as subjetividades são respeitadas; e a *responsabilidade compartilhada* na construção de acordos coletivos, seja na governança do território ou dos bens comuns, como a água, aceitando o outro com todas as suas diferenças, como legítimo nessa construção.

Considerações Finais

A construção participativa dos Planos de Gestão da Água no Semiárido baiano foi fundamental para a consolidação da Metodologia da Gestão Transdisciplinar de Diversidades e para a observação de seus aspectos fundamentais.

O primeiro aspecto observado trata da compreensão de que a transdisciplinaridade, assim como a Gestão Transdisciplinar de Diversidades, não podem ser compreendidas como uma alternativa a todo e qualquer tipo de processo participativo. A cultura do território local, onde se desenvolve o planejamento e a gestão, pode não se adequar às técnicas e fundamentos dessa metodologia. Assim também, nem todas as personalidades se adequam. Assim, todas as metodologias são importantes, desde que adequadas ao universo onde estão sendo utilizadas.

O segundo aspecto diz respeito ao reconhecimento de que a transdisciplinaridade inclui os demais universos disciplinares, multi e pluridisciplinares e interdisciplinares, igualmente reconhecidos e valorizados durante todo o trabalho. Inexiste, portanto, hierarquias ou ideia de superação. Todos os universos são trabalhados, de maneira acumulativa e complementar.

O terceiro aspecto se dá no reconhecimento da utilidade da metodologia Gestão Transdisciplinar de Diversidades, especialmente, no contexto das diversidades cultural, social e econômica, brasileira, inseridas em suas políticas públicas, nas quais estão definidos os compromissos com um desenvolvimento mais sustentável e com a participação da sociedade nas decisões sobre seu território e bens comuns, a exemplo das florestas, do oceano e da água.

Os métodos utilizados e aqui descritos demonstraram êxito nos processos e produtos desenvolvidos, revelando resultados indicados na representatividade do território e dos segmentos mobilizados, assim como, nos conteúdos gerados nas oficinas e consultas públicas, no envolvimento dos especialistas, no aprendizado recíproco com a sociedade e na inclusão das contribuições sociais, evidenciadas nos produtos. Esse diferencial agregou confiabilidade e legitimidade aos documentos produzidos, contribuindo para sua

aprovação, por unanimidade, nos Comitês de Bacia e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia.

Por fim, a Gestão Transdisciplinar de Diversidades deixa uma inspiração: a compreensão nasce do respeito e o respeito nasce do amor. O amor é a força matricial do respeito e proteção a todas as formas de vida. A sustentabilidade só se torna um caminho possível quando experimentamos o amor pelo outro, seja esse outro humano, com suas culturas, ou tenha outras formas e naturezas, animais, vegetais, mares, rios ou florestas.

Referências

- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de La Accion Comunicativa. 2 Tomos*. Madrid: Tourus, 1987.
- LUPASCO, Stéphane. *O homem e suas três éticas*. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 1986.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De Máquinas e Seres Vivos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MORIN, Edgar. *O Método IV – As Idéias – Habitat, vida, costumes organização*. (Tradução de Juremir Machado da Silva). Porto Alegre: Sulina, 1988.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 1999.
- PALAVIZINI, *Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Ambientais – www.rbciamb.com.br/images/online/materia_6_artigos336.pdf, 2012.
- _____. *A educação ambiental na integração de políticas públicas para a construção da governança da água e do território*. In: Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; (organização) Franklin de Paula Júnior e Suraya Modaelli – Brasília: MMA, 2011.
- WIEL, Pierre. *A Arte de Viver em Paz*: UNESCO, 1990.
- SILVA, Daniel. O Complexo como uma episteme transdisciplinar. In: Educação e Transdisciplinaridade III / [Organização: Amâncio Friaça... [et al.]] – São Paulo: TRIOM, 2005.

Submetido em: 31-08-2018.

Publicado em: 15-12-2018.